

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

PROJETO EXPERIMENTAL

GRANDE REPORTAGEM

ADERBAL RAMOS DA SILVA

Aluno: Carlito Alexandre da Costa Júnior

Orientadora: Neila Bianchin

Banca: Carlos Locatelli

Hélio Ademar Schuch

Paulo José da Cunha Brito (suplente)

Em 1910, a região nordeste do Estado de Santa Catarina foi devastada por uma das maiores enchentes de sua história, fenômeno que só se repetiu com gravidade maior mais de 70 anos depois, nas cheias de 1983 e 1984. O Vale do Itajaí já colhia os efeitos de um surto progressista iniciado na segunda metade do século passado, com a instalação de colônias alemãs e italianas e o desenvolvimento da indústria têxtil e alimentar. Blumenau, a maior cidade da região, foi elevada à capital informal daquele sub-estado que crescia independente da órbita de Florianópolis. As águas do rio Itajaí-Açu subiram vários metros e desabrigaram praticamente toda população de Blumenau, sem distinção de classe social.

Entre as milhares de pessoas que tiveram que abandonar suas casas, estavam o juiz João Pedro da Silva e sua esposa Rachel Ramos da Silva, grávida, filha do então governador Vidal Ramos. Expulso de casa pela força do Itajaí-Açu, o casal se refugiou provisoriamente no Palácio Rosado, que servia ao mesmo tempo de sede do Executivo e residência oficial do governador, em Florianópolis. Dentro do edifício que abrigava o centro de poder no estado, o filho de Rachel Ramos nasceu ligado à política pelo sobrenome e pelas circunstâncias insólitas do parto. Nereu Ramos, irmão de Rachel e recém eleito deputado estadual, cumpriu a missão de registrar a criança. No caminho

para o cartório, contrariando o desejo dos pais, Nereu decidiu o nome de seu futuro herdeiro político: Aderbal.

Bem mais tarde, aos 65 anos, Aderbal Ramos da Silva descreveria assim as circunstâncias de seu nascimento: “Eu sou um Ilhéu, nasci aqui mesmo, no Palácio. O Palácio está muito ligado à minha vida. Nasci nele, fui governador e vou acabar voltando lá quando morrer. Isso dependendo do inquilino, é claro, Se for esse que está lá atualmente (Antônio Carlos Konder Reis), sei que vou. Há alguns anos atrás não teria tanta certeza. Eu nasci no Palácio porque meu avô era governador. Meu avô era o coronel Vidal Ramos, avô por parte de mãe, que quando eu nasci, estava exercendo seu segundo mandato, de 1910 a 1914 (Vidal Ramos também governou o estado de 1902 a 1906)”.

Os Ramos eram uma família de latifundiários da região de Lages, cidade do Planalto Catarinense, que dominaram a política do estado por várias décadas, ao lado ou rivalizando com outra oligarquia familiar: os Konder-Bornhausen. O clã dos Ramos teve como maior expoente Nereu Ramos, “um dos poucos estadistas que este estado já teve”, como define o ex-genro de Aderbal, José Matusalém Comelli. Ex-governador, interventor durante o período getulista, foi senador e presidente interino da República,

conduzindo a turbulenta transição entre o suicídio de Vargas e a posse de Juscelino Kubsticheck e João Goulart. Além de Nereu, a família governou o estado com Vidal Ramos (duas vezes), Aristiliano (primo de Nereu, como interventor no Estado Novo), o próprio Aderbal e, por último, Celso Ramos, outro tio de Aderbal e irmão de Nereu Ramos.

A família Ramos chegou a dominar de tal modo a política do estado, que em 1935 a eleição para governador (indireta, no período getulista) foi decidida entre dois membros do clã, os primos Aristiliano e Nereu Ramos, com a vitória do segundo. O próprio Aderbal descreveu assim o episódio, anos mais tarde: “Três partidos disputaram a eleição. O Partido Liberal, que era o nosso; o Partido Republicano, do Adolfo Konder, chefiado pelo Adolfo, e o Partido Social Evolucionista, que tinha três deputados e era chefiado pelo doutor Manoel Pedro Silveira, falecido há pouco tempo. No lado de Nereu, pelo Partido Liberal, ficaram 13 deputados. Com mais três do Evolucionista, formamos 16. Do Partido Republicano, do outro lado, só veio para o nosso lado, na eleição do doutor Nereu Ramos, o professor Renato Barbosa. Ele está vivo e pode confirmar. Nereu foi eleito de 16 contra 15. Aristiliano se julgou no direito de ser eleito governador e Nereu com mais direito ainda. Nereu conquistou a maioria e

Aristiliano não aceitou. Então, Aristiliano se aliou ao Partido Republicano”. Nereu Ramos teria “comprado” os três deputados de que precisava para se eleger, segundo os boatos correntes na época, que ninguém conseguiu provar. A versão foi negada veementemente por Aderbal, mas o fato é que Aristiliano rompeu com o primo, indignado com a manobra de Nereu Ramos para lhe impedir a continuidade do mandato no comando do estado.

Aderbal nunca escondeu a admiração pelo tio. “Nereu foi o meu grande orientador, Ninguém mais me ensinou nada. O resto aprendi sozinho. As bases do que eu sei, do que eu faço em política, os grandes ensinamentos, tudo foi transmitido por Nereu Ramos. Tenho, naturalmente, um temperamento diferente. O Nereu era um homem austero, ria pouco, muito culto. Falava pouco e sabia muito. Meu pai era um homem alegre, contador de histórias, tocava piano, um pouco boêmio. Eu herdei um pouco de meu pai, mas as linhas mestras que segui na vida foram transmitidas por Nereu Ramos. Eu não aprendi, eu vi como ele era”, disse o ex-governador, três anos antes de morrer, em 1982. Aderbal herdou de Nereu Ramos a economia das palavras, no que se refere à imprensa. Ao próprio jornal, O Estado, concedeu entrevistas em três oportunidades, bem depois de ter deixado de concorrer em eleições.

Aderbal dizia ter aprendido bem as lições de Nereu Ramos. “Um político deve ter duas qualidades essenciais: coerência e sobretudo, autenticidade. Eu nunca fiquei em cima do muro. Acho que o político pode errar, mas não pode ser omissivo. Outra lição: a liderança não se divide. Este é o meu pensamento pessoal. Segundo: a liderança tem que ser vertical, não pode se horizontalizar. O líder é um homem que conduz, seja ele carismático, pelo talento”.

Assim como aprendeu política observando Nereu Ramos, Aderbal tirou lições do comportamento dos maiores líderes nacionais da sua época. “Houve um comício na campanha de Celso Ramos”, contava, poucos anos antes de morrer. “O Jango (João Goulart, então candidato a vice-presidente) veio a Itajaí. Foi ao palanque. O candidato de Itajaí, na coligação PTB-PSD, era o Abdon Fóes, homem bom, bonachão e gordo. O Jango, político habilidoso, lúcido, um autodidata, começou a falar e fez sucesso. No fim, fui para a casa do Jango em Camboriú. A certa altura, Jango vira-se para Doutel de Andrade e diz:

– Aquele gordo vai perder a eleição longe em Itajaí. Vocês não ganham com aquele gordo – Ele sentiu na massa. Jogou o nome três vezes no ar, não teve resposta.

Da mesma forma, o Jânio Quadros sentiu a derrota o Irineu e avisou:

– Diga ao Irineu que ele tome muita conta, que eu o acho perdido.

Isso na eleição do Celso em 1961. Jânio sentiu. É o que eu chamo de acuidade, a sensibilidade que falta a muitos políticos. Por isso, esses erros crassos que os políticos cometem às vezes. É essa falta de sensibilidade. Todo ato político que você pratica vale pelas conseqüências que ele traz. Antes de praticá-lo, é preciso analisar as conseqüências. Não se pode ser impulsivo na política”, dizia Aderbal.

Foi também Nereu quem fez com que Aderbal Ramos se interessasse por política. Na virada dos anos 30, enquanto o Brasil passava pela revolução de Vargas, Aderbal estava no Rio de Janeiro, cursando a faculdade de Direito. “Passei quatro anos no Rio. É engraçado, nessa época os estudantes não se interessavam muito por política”, contava, em 1976. “Quando me formei, enviei uma carta ao doutor Nereu, que estava aqui, pedindo para que ele me conseguisse uma promotoria junto ao interventor estadual, que era o general Assis Brasil. Ele respondeu numa carta – esta talvez eu tenha guardado em casa, por que me honrou muito – convidando-me para trabalhar no escritório dele. Ele tinha o melhor escritório do estado, era um grande advogado. Vim trabalhar com ele e aí acabei arrastado. Fui envolvido pelo Nereu na

política. Ele tinha feito a Revolução de 30. Nas eleições de 1934, jovem ainda, fui eleito deputado por Florianópolis. Você entra na política, tem os compromissos, tem os amigos, não sai mais”, disse o ex-governador .

Oligarca – Aderbal se definia politicamente como “um homem de centro, que não aceita a direita” e resistia a aceitar a idéia de que pertencia a uma oligarquia. “Dizem que faço parte de uma oligarquia. Isso é uma fatalidade. Na realidade, sou fundamentalmente um político. Eu não acho que pelo fato de diversos componentes da minha família terem se dedicado à vida pública do nosso estado isso seja uma oligarquia. Todos chegaram a importantes postos públicos através do voto. Meu avô começou a governar em 1902 como vice-governador. De 1910 a 1914 foi eleito governador. Foi neste período que nasci. Nereu foi eleito em 1935 e ficou até 1945. Fui eleito depois para substituí-lo, mais primeiro fui escolhido numa convenção democrática. O povo garantiu a eleição pelo voto. Com Celso Ramos, em 1960, foi a mesma coisa. Nunca alguém contestou a sua vitória, uma das mais bonitas de todos os tempos em Santa Catarina. Onde está a oligarquia?”, questionava, em 1977.

Cinco anos depois, no entanto, admitiria: “Os Ramos e os Bornhausen constituíram oligarquias de partido. Eles controlavam o Partido Republicano, fruto do

regime em que nós vivíamos. Era resultado da eleição de voto a descoberto, chamada até de eleição a bico de pena. Eu me lembro de uma cena engraçada, quando era estudante, em 1930. Meu pai era desembargador, amigo de Adolfo Konder. Estávamos defronte ao Palácio e não vinha o resultado de um determinado município do interior, onde deveria ter sido votado determinado cidadão. Não vou citar nomes. Vinha e não vinha. Espera, não espera. Um dos circunstantes, já falecido, major Acácio Moreira, pai do professor Edmundo, avô do médico Celso, chegou e disse:

– É por isso que eu sou muito precavido. A minha eleição foi feita na véspera.

Ele disse isso com absoluta convicção. E onde aconteceu isso? Não foi muito longe (de Florianópolis), foi em Tubarão. Eram várias pessoas assumindo o nome de eleitores para ficar letras diferentes. Era fácil lesar a justiça. Em Canoinhas, por exemplo, fizemos uma falsa, com livros verdadeiros. E houve uma eleição, mas toda feita com livros falsos. O povo de lá achava que a Aliança Liberal tinha vencido. Não, perdeu... O juiz apurou, tudo em livros devidamente rubricados”, contou Aderbal.

Ainda assim, não deixava de defender o regime oligárquico das primeiras décadas do século. “Esse rapaz, o deputado Walmor de Lucca, rapaz inteligente”, dizia em 1982, “concedeu entrevista dizendo que o Estado de Santa Catarina não está

representado no plano federal em decorrência de 70 anos de oligarquias. Ele não sabe história. Justamente no tempo em que tivemos oligarquias, o Lauro Müller era ministro do Exterior, da Viação e só não foi presidente da República porque estávamos em guerra com a Alemanha e ele tinha sobrenome alemão”, afirmava.

Empresário – Apesar de descender de uma família de grandes proprietários rurais, não se pode dizer que Aderbal nasceu cercado de riqueza. “Não, a família do Dr. Aderbal não era uma família rica”, conta Comelli, até hoje diretor-presidente de uma das empresas do ex-governador, o Jornal O Estado. “O pai dele era um desembargador. Mas a família Ramos foi uma família rica, de proprietários rurais que foram se entregando todos à política. Eles investiam na política. Não era dinheiro do estado, era dinheiro deles. Só que o Dr. Aderbal, a família dele não era rica”.

Aderbal tinha uma origem de classe média, mas acumulou um grande patrimônio a partir do casamento, em 1936, com Ruth Hoepcke, herdeira do Grupo Hoepcke. No início do século, o complexo era um dos cinco maiores grupos atacadistas do Brasil. Foi fundado por Karl Hoepcke, um imigrante alemão, no fim do século passado, pai de Carlos e Marx Hoepcke, este último ex-proprietário da casa em

que morou Celso Ramos e que recentemente foi demolida para a construção de um edifício, no Centro da Cidade.

O casamento foi providencial para as duas famílias. Os Ramos, ao incorporar o patrimônio, fortaleciam-se numa época em que o poder oligárquico da República Velha começava a ser substituído pela força do capital. Já os Hoepcke garantiram a sobrevivência das empresas durante a perseguição aos alemães provocada pela Segunda Guerra Mundial, através do respaldo político da família de Aderbal. “Durante a guerra, quando todo o grupo sofreu muito, a família Ramos ajudou muito. Quem ajudou muito foi um tio do doutor Aderbal chamado Hugo Ramos. Por sinal a empresa teve que mudar o nome, senão não conseguia comprar. Há muitas empresas dessa época que não resistiram. Eles resistiram porque tinham o respaldo político do doutor Aderbal, que era casado com a dona Ruth, que era alemã”, conta Comelli.

O grupo Hoepcke era formado pela Carlos Hoepcke S.A Comércio e Indústria e pela Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke. A Carlos Hoepcke foi desdobrada depois em várias empresas. A partir de 1969 foram criadas a Hoepcke Veículos, uma fábrica de gelo, a Metalúrgica Hoepcke (uma fábrica de pregos, que não existe mais) e a Imobiliária Hoepcke. A Carlos Hoepcke, que se transformou numa holding, era no

início uma empresa varejista, que trabalhava com máquinas e equipamentos, material de construção, magazine, e mantinha também uma seção de automóveis (na verdade caminhões, já que na época poucos tinham carro) que se chamava Auto Shell, representante da marca americana Chevrolet, hoje subsidiária da General Motors. O complexo incluía ainda postos de gasolina e até uma farmácia. Tinha filiais em Joinville, Blumenau, Lages, Joaçaba, Tubarão, Laguna e Criciúma. Nos tempos do velho Karl Hoepcke, fazia parte da organização o estaleiro Arataca, localizado sob a cabeceira insular da ponte Hercílio Luz, em Florianópolis.

“O grupo tinha também uma casa bancária, que depois, assim como o grupo, enfrentou muitas dificuldades, durante a segunda guerra. Por causa do anti-nazismo.”, continua Comelli. “E nem sei como é que sobreviveu, porque estava na lista negra, dos que não podiam praticamente comprar, não podiam comercializar. Então essa casa bancária foi desativada, mas eles ficaram com a carta patente. Então essa carta patente foi usada para criar um banco, associado com mais dois amigos e companheiros dele, do Paraná, um cafeicultor e outro ligado a banco. Que foi o Horácio Sabino Coimbra, e o Aníbal Siqueira Cabral. E esse banco se chamava Banco Nacional Paraná-Santa

Catarina, cuja sigla era Nosso Banco. A sede era em Londrina, mas a origem era aqui e o Doutor Aderbal era o presidente”.

Coimbra, paulista, era ligado a café. Depois de alguns anos de banco os dois sócios fundaram a Companhia Cacique de Café Solúvel, um grande empreendimento para a época, em Londrina, que hoje ainda é uma grande exportadora de café solúvel para China e Rússia. O banco foi extinto depois de uma fase de várias fusões no mercado financeiro e acabou sendo incorporado pelo Banespa. A Companhia Cacique cresceu e acabou adquirindo outra instituição financeira, chamada de Banco Cacique. Aderbal, como fundador e acionista da companhia, tinha a cautela acionária número um e a mostrava aquilo com muito orgulho.

Aderbal também foi dono da área onde hoje está instalado Jurerê Internacional, um grande empreendimento imobiliário administrado pelo grupo gaúcho Habitasul. O terreno era de propriedade do ex-governador, em parceria com outros dois sócios, entre eles Júlio Teixeira, um ex-deputado comunista do Rio Grande do Sul. Eles tinham um projeto para aquela área que não avançou, porque na época as dificuldades de acesso tornavam tudo mais difícil. Chegaram a encomendar um projeto de urbanização, assinado pelo arquiteto Oscar Niemayer, o construtor de Brasília.

Apoio do comunismo – A relação de Aderbal Ramos com os comunistas não ficou restrita à sociedade com Júlio Teixeira. De acordo com o jornalista Celso Martins, autor de *Os Comunas* – Álvaro Ventura e o PCB catarinense, os comunistas teriam apoiado Aderbal na eleição para o governo do Estado em 1947, depois da saída do último interventor do Estado Novo, Udo Deeke. “Ele era bem relacionado, bem respeitado, tinha diálogo, conversava. A conversar ele não se recusava”, atesta Comelli. O assunto foi polêmico entre os membros do núcleo comunista de Santa Catarina na época, já que o Comitê Central do partido, no Rio de Janeiro, teria selado um acordo para apoiar Irineu Bornhausen, adversário de Aderbal.

Martins descreve o episódio no livro *Os Comunas*. “Recém-saído da clandestinidade e pela primeira vez legal, o pequeno núcleo comunista catarinense se tornou, em 1946, o alvo das disputas entre as duas principais agremiações do Estado, a UDN e o PSD. Irineu Bornhausen, udenista e que passara o Estado Novo fazendo oposição a Vargas e Nereu, usou o conhecimento que possuía com alguns líderes do PCB no Rio de Janeiro para obter o apoio à candidatura ao Governo do Estado. Naquele tempo tinha bom trânsito junto ao Comitê Central, e até mesmo com Luís

Carlos Prestes, o catarinense Márcio Víctor Konder, jornalista, futuro diretor-responsável da revista Problemas, editada pelo partido”.

De acordo com Martins, a notícia do acordo selado no Rio, homologado com restrições, em Santa Catarina agitou o PSD, que tinha em Aderbal o sucessor de Nereu, que governou o estado por dez anos, durante o período getulista. Os jornais O Estado e A Gazeta, dirigidos respectivamente pelos jornalistas Rubens de Arruda Ramos e Jairo Callado, ambos ligados ao PSD, começara a bombardear Irineu, que estaria sendo “acintosamente apoiado pelos comunistas”.

A UDN divulgou uma nota oficial assinada pelo presidente, Adolfo Konder, o secretário-geral João Bayer Filho e Paulo Fontes para desmentir as notícias espalhadas pelo PSD de apoio dos comunistas. Diz que a UDN “não celebrou e nem mantém compromisso com qualquer outro partido, marchando sozinha para as urnas”. Mas por via das dúvidas e para não perder votos, complementava: “Sem recusar, entretanto, o apoio e a solidariedade de todos os catarinenses livres e conscientes na defesa dos princípios constantes do seu programa”. O monsenhor José Locks, vigário de Itajaí, saiu em defesa de Irineu, publicando no Diário da Tarde um “A bem da verdade”. Atestava que Bornhausen, “paroquiano meu, é batizado e educado no seio

da Igreja Católica, tendo sempre vivido como católico praticante, como bom pai de família e bom esposo”. Álvaro Ventura, fundador e principal líder do PCB catarinense, estava no Rio de Janeiro e retornou imediatamente a Florianópolis.

“O Comitê Central me mandou aqui ver qual era o candidato mais popular em Santa Catarina para receber o nosso apoio. O pessoal daqui estava apoiando o Irineu. Mas nós acabamos votando com o PSD (e Aderbal).” lembrou Ventura, conforme o registro de Celso Martins. Ex-companheiro de Ventura, Mário Bastos, contestou: “Por decisão do Comitê Central, o partido acabou apoiando a UDN. E o Aderbal disse que não aceitava o nosso apoio. Mas a tendência mesmo era não votar em ninguém. O Álvaro veio aqui e era mais ligado ao Aderbal. Não houve nenhum compromisso por parte dos comunistas locais com Irineu”.

Martins esclarece ainda que “O trabalho para inverter o apoio forçado a Irineu, em favor de Aderbal, foi feito por Hipólito Pereira. Alguém do Comitê Central não gostou e pediu a cabeça do fundador do PCB catarinense. “Homem popular” – diz Manoel Álvaro Ribeiro, o Mimo, outro ex-comunista – “e que há muito vinha participando do movimento operário em nossa capital, vinculado à Liga e à União Operária, cabalou alguns votos para a candidatura Ramos. Por esse motivo foi

afastado do Partido. Eu votei contra o seu afastamento, por não se justificar essa resolução, e até hoje a classifico como injustiça. Hipólito, que conosco militou na ilegalidade, e conhecia a maioria dos nossos companheiros, nunca denunciou ninguém”, afirma”.

Mimo reconheceu que “havia uma tendência em apoiar Irineu porque o Comitê Central determinou. Mas o partido aqui rebelou-se e resolveu votar no Aderbal. Ele, inclusive, nos ajudou a comprar uma máquina tipográfica. Aderbal conversava muito com um amigo nosso, que tocava bandolim. Ele levava este camarada para tocar em suas festas. Não era reacionário, e quando esse camarada morreu, o governador mandou construir uma casa para a sua esposa”. Aderbal nunca falou publicamente sobre o apoio dos comunistas.

Estado Novo – “Em 37 veio o Estado Novo, as Assembléias Legislativas foram fechadas, foi tudo fechado. Até certo ponto eu justifico o Estado Novo. Apesar de tudo, o Brasil cresceu nesse período. E eu me pergunto se às vezes não é necessário tirar um pouco de liberdade em troca de um pouco mais de pão. Um político deve sempre saber que há horas para falar e outras para o silêncio”, disse Aderbal.

“Em 45”, continuava, “com o fim do Estado Novo, surgiram os partidos nacionais e ajudei a fundar o PSD. Vieram as eleições e fui eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte de 1946, como já havia assinado a Estadual de 1935. Fiquei só um ano como deputado. A 19 de janeiro de 1947, fui eleito governador. Governei até 1951, mas passei um ano afastado do meu mandato para tratamento de saúde. Meu governo foi tranqüilo. Dutra era o presidente e o país vivia em calma. No meu tempo de governo, eu costumava caminhar pelas ruas, sentava-me nos bancos dos jardins, tomava cafezinho com os amigos, recebia no Palácio quem quer que quisesse conversar comigo. Eu não precisava do ordenado de governador e mandava distribuir esse dinheiro entre os pobres. No final de cada mês o Palácio mais parecia um pátio de milagres”, contou Aderbal.

Esse caráter assistencialista e populista era mais do que uma marketing pessoal ou de governo, era um estilo político. Uma outra história contada por Aderbal ilustra bem o seu estilo. “Certa vez um matuto do interior bateu às portas do Palácio dizendo querer falar comigo. Ele entrou no meu gabinete e eu disse: “senta aí e me conta o que há”. Ele então falou que tinha um processo sobre terras que estava demorando muito para ser despachado. Chamei o responsável pelo setor ali, na mesma hora, na frente

dele. Quando ele saiu, chamou um dos funcionários e disse: “me dá um retrato do moço”. Um político não pode ser uma pessoa fechada”.

Se aprendeu a fazer política com o tio Nereu Ramos, Aderbal tinha Getúlio Vargas como líder e quase ídolo. “Eu fui um getulista convicto. Eu acreditava no Getúlio, não nesse trabalhismo que está aí.”, dizia, em 1982. “Getúlio foi o maior líder que teve no Brasil. Por quê? Talvez pelas idéias novas, reformistas. Não era um autocrata, Era um líder carismático. O golpe de 1937, naquela hora era inevitável. Veio depois a guerra, em 1939. O Brasil, materialmente, até progrediu. Politicamente, o regime não deu certo, porque castrou muitas aspirações e a elite política. A revolução de 1964 também trouxe isso. Ficamos 15 e 16 anos em regimes fechados e dificilmente nesses regimes surgem lideranças políticas”, ressaltou.

Mesmo sendo seguidor de Vargas, Aderbal atribuiu ao getulismo a derrota do PSD para Irineu Bornhausen (UDN) na disputa da sua própria sucessão, em 1950, descartando a hipótese de fraude. “Não, naquela eleição não houve fraude. Irineu ganhou limpamente. Eu presidi o pleito, não fiz violência e todos exerceram o seu direito de voto. Ali apareceu o fenômeno de Getúlio Vargas. A derrota de 50 não foi só do governo de Santa Catarina. Em todos os estados os governos perderam,

salvando-se naquela ocasião Agamenon Magalhães, de Pernambuco. Todos os governos perderam. Foi o fenômeno Getúlio, a onda da força oposicionista. Getúlio e o PTB se aliaram a UDN. Logo depois, em 1954, na eleição para o Senado, o PTB se aliou ao PSD e elegemos dois senadores, inclusive dois Ramos: Nereu e Saulo. Nesta eleição eu fui eleito deputado federal”.

Nas eleições de 1950, Aderbal queria que o PSD apoiasse Vargas, apesar de o partido ter um candidato próprio à presidência da República, Cristiano Machado. “Houve, em 1950, até um fato histórico de repercussão política”, lembrou Aderbal. “Praticando um ato de hostilidade ao Governo Federal, eu hospedei Getúlio Vargas no Palácio do Governo. Ele estava em campanha política, saiu do comício e foi para o Palácio. Fui muito censurado mas eu achava que nós deveríamos acompanhar o Getúlio e não o Cristiano Machado”.

Hospedado na “casa” de Aderbal, o Palácio do Governo, Vargas ficou acordado até tarde em companhia do governador, quando se interessou por um quadro da coleção oficial, pintado pelo artista catarinense Martinho de Haro. “Era um quadro do presidente Dutra”, contou Aderbal mais tarde. “Estava na parede. O doutor Getúlio passou por ele, acompanhando. Ele já meio doente, charuto na boca. Aí ele parou em

frente ao retrato do general Dutra. Ele não gostava do general Dutra. Ele olhou...olhou...e ficou esperando. Eu pensei que tinha que dizer alguma coisa para romper aquele silêncio. Aí eu disse:

– Presidente – chamei até de presidente –, este retrato do presidente Dutra foi pintado por um rapaz aqui de Santa Catarina. O senhor concedeu uma bolsa e ele formou-se em Paris.

Aí ele disse:

– Esse rapaz tem muito valor, porque não é fácil pintar um retrato desse.

Então ele (Getúlio) foi seguindo. Mais adiante, perguntou:

– E esse, quem é?

– Esse é Lauro Müller – eu respondi.

– Ah, esse é que é o Lauro.

Contei então ao presidente quem foi Lauro Müller, um dos grandes estadistas da República”, relatou. Müller foi companheiro de chapa do avô de Aderbal, Vidal Ramos, quando governador do Estado.

Jornal – “Em 1935 comecei a participar de um jornal – A República – do qual fui diretor”, contava Aderbal. Em A República, onde começou a trabalhar em 1935,

Aderbal conviveu com Barreiros Filho e Rubens de Arruda Ramos, seu sobrinho, dois jornalistas que alguns anos depois seriam seus empregados em O Estado, que adquiriu em 1946. O ex-governador deixou bem claro, décadas depois, que a aquisição do jornal e da Rádio Guarujá tinha objetivos políticos: elegê-lo governador e fortalecer o PSD. O curioso é que Aderbal comprou O Estado de um adversário político. Altino Flores vendeu a empresa a um intermediário, sem saber que Aderbal Ramos estava por trás da transação.

“Com a redemocratização do país, em 1946”, relatou Aderbal, “o PSD, ao qual me filiei juntamente com Nereu Ramos e outros companheiros, necessitava em Santa Catarina de um veículo de imprensa que se transformasse em nosso porta-voz. Nessa época o professor Altino Flores, então proprietário, anunciou a disposição de vender o jornal. Acontece que, partidário de outra corrente, era fato sabido que ele não o transferiria a nós, seus adversários políticos. Então a compra da totalidade das cotas da sociedade limitada foi feita através de interpostas pessoas. E adquirimos o jornal. O professor Altino Florias, depois que a transação já estava consumada, ficou furioso. Mas acho que já nos perdoou”.

Altino Flores assumiu O Estado em 1925, quando o proprietário era o ex-governador Víctor Konder, já então inimigo político dos Ramos. Já governador e dono do jornal, Konder combateu duramente a candidatura de Getúlio Vargas e foi deposto com a revolução de 1930 e a ascensão de Vargas ao poder. O governador praticamente fugiu das forças de Getúlio, exilando-se voluntariamente. Flores assumiu inteiramente o diário a partir de 30, e manteve a linha oposicionista em relação ao governo de Vargas até 1937, quando o jornal enfrentou seu primeiro período de censura oficial, sob os olhos do Estado Novo de Vargas.

Em 1945 com Vargas já deposto, Flores cansou-se das dificuldades de manter o jornal e decidiu vendê-lo. Não admitiria no entanto que caísse nas mãos dos getulistas, entre os quais estavam Nereu e Aderbal Ramos. O jornal foi adquirido por Moacir Iguatemy da Silveira, um comerciante que, mesmo ligado ao PSD, deu garantias a Altino Flores de que O Estado não seria um instrumento do partido. No ano seguinte, Silveira transferiu a empresa para Sidney Nocetti, que era na verdade um testa-de-ferro de Aderbal. Sentindo-se traído, Flores arrenpendeu-se da transação e ficou furioso com Silveira e Aderbal Ramos.

Contraditório, Aderbal assumiu que o jornal era um instrumento político, ao mesmo tempo que negava interferência na linha editorial. “Na sua direção sempre estiveram homens competentes, com inteira liberdade de ação. Primeiro foi o professor e mestre Barreiros Filho, homem de grande cultura e sabedoria, tendo como secretário de redação Clementino de Brito. Quando assumi o governo do Estado, em 1947, convidei o mestre Barreiros Filho para me assessorar no Palácio. Foi ele, juntamente com o João Batista Bonassis, que escreveu o meu discurso de posse. Com o seus afastamento do jornal, Rubens de Arruda Ramos assumiu a direção da redação, fazendo Sidney Nocetti como diretor-gerente”.

Para Aderbal, partidarismo nas páginas do jornal era nada mais do que um fenômeno da época. “Fazia-se então, um jornalismo nitidamente voltado para as lutas partidárias, polêmico por excelência. Uma coisa porém nós herdamos do professor Altino, as críticas eram feitas a nível de idéias, nunca descambando para a agressão pessoal, o insulto gratuito, a infâmia. Acho que isso foi uma constante em todos os períodos do jornal. É claro que, muitas vezes, puxamos a brasa para a nossa sardinha, no calor de uma refrega eleitoral. Hoje aquele tipo de jornalismo não poderia mais ser praticado. O jornal é antes de tudo um representante da comunidade. É seu dever

participar dos problemas comunitários. E ele continua tendo inteira liberdade de ação.

O direito de crítica é também dever do jornal. Hoje um jornal não pode ser o porta-voz de um partido. Sua atuação tem que ser mais abrangente. Agora é claro, todos sabem que pertencemos à Arena e, na medida do possível, apoiamos esse partido, como também apoiamos o atual governo catarinense. Mas isso não impede que, vez por outra, haja também críticas”, dizia, em 1977.

Aderbal gostava muito do jornal e, embora não interferisse no dia-a-dia da empresa, sempre aparecia para dar seus palpites, e era ouvido nos casos em que seus interesses comerciais, pessoais ou do partido eram afetados. Nos últimos anos de vida, quase cego pela catarata, pedia a seu motorista que o levasse à sede do jornal, para dar algumas ordens. As rápidas reuniões com o editor-chefe Luiz Tancredo ou com o genro José Comelli muitas vezes se davam mesmo dentro do carro. Aderbal mandava chamá-los no estacionamento e fazia do veículo um escritório improvisado. Não costumava no entanto escrever editoriais ou artigos, apesar da experiência de décadas dirigindo jornais. “Não, escrever nunca foi o meu forte. Mas dava idéias. Aliás, o que eu gosto mesmo é de falar de improviso”, confessou. Mas o que Aderbal gostava mesmo era de política. “A política é a minha cachaça. Sou um político por natureza. E

mesmo sem exercer um cargo público há muitos anos, continuo me considerando um político. O que, aliás, ninguém duvida”.

Carisma – Comelli foi uma das pessoas que mais conviveu com Aderbal, por ter sido genro e administrador das empresas do ex-governador. “É difícil dizer como ele era porque eu era amigo dele. Era um homem que me surpreendeu muito. Eu o conhecia a distância. Me aproximei devido ao casamento com a filha dele. E a imagem que fazia dele era outra, bem distinta. Conheci um homem muito culto, que lia muito, até cheguei a ler muitos livros da biblioteca dele. E ele lia muito sobre história, biografias, e era bem forte o conhecimento dele. Tinha uma memória prodigiosa. Ele fez política até o fim da vida. Mas sem querer assim a ocupação de um posto, evidente que ele tinha muito poder, não aquele poder formal, mas um poder de prestígio social”.

“Esse poder era mais um carisma dele, que foi se desenvolvendo, se aprimorando”, acredita Comelli. “Ele era um homem muito simples, modesto. Gostava muito de ter contato com pessoas bem simples. Conversava muito. Gostava muito dos pescadores, de andar descalço, nos ranchos, sem conforto, na Caieira, gostava muito de ir na Pinheira, E acho que esse modo de agir pessoa dele que conquistou esse carisma. Ele ajudava muito as pessoas, principalmente em problemas de saúde,

pagando despesas hospitalares. A conta dele era bem alta no Hospital de Caridade. Ele ajudava pessoas que quisessem estudar, dava bolsas de estudo. Mas quando precisava, era autoritário, tinha uma personalidade forte. Mandava, não pedia”.

CARREIRA POLÍTICA

João Pedro da Silva, pai de Aderbal, se tornou um desembargador famoso no estado. Tanto que um município da região de Blumenau, onde foi juiz, recebeu o nome de Doutor Pedrinho, em sua homenagem. Também é uma referência ao pai de Aderbal a rua Desembargador Pedro Silva, principal avenida de Coqueiros, um bairro de classe média da capital. Aderbal Ramos da Silva fez seus primeiros estudos em Blumenau, onde o pai era juiz, no Grupo Escolar Silveira de Souza e depois no Colégio Catarinense, de onde saiu em 1927. No ano seguinte viajou para o Rio de Janeiro na condição de afilhado do Ministro da Viação da época, Víctor Konder, de quem o desembargador Pedro Silva era muito amigo. Ficou poucos anos no Rio como empregado do ministério à disposição do ministro.

Aderbal se formou em Direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, em 1932, foi inspetor de Ensino Secundário e, quando da fundação da Faculdade de Direito de Santa Catarina, foi também seu primeiro inspetor federal. Dirigiu o jornal A República, órgão ligado ao Partido Liberal e chegou a presidir o diretório municipal do partido. Mais tarde, em 1946 compraria outro jornal, O Estado, então o maior e mais antigo diário de Santa Catarina. A aquisição de O Estado estava intimamente ligada aos planos políticos de Aderbal e do PSD. Em janeiro do ano seguinte, com apoio explícito das páginas do jornal, Aderbal se elegeria governador

O Discípulo de Nereu Ramos foi eleito deputado estadual pelo PL (Partido Libertador) em 1935, aos 23 anos de idade. Assinou a Constituição Estadual promulgada naquele mesmo ano. Do casamento com Ruth Hoepcke, em 1936, teve duas filhas, Anita e Sylvia. No ano seguinte, com a implantação do Estado Novo, voltou a advocacia, assessorando seu tio, Nereu Ramos, no governo.

Depois de participar da elaboração da Constituição do Estado, o jovem político elegeu-se deputado federal em 1945, com a redemocratização pós-Estado Novo, cumprindo mandato de 1946 a 1950, e assinando a Constituição Federal de 1946. Tomou posse como governador tomou posse a 26 de março de 1947, aos 35 anos de

idade, sendo o mais jovem entre os governadores daquela eleição. Recebeu o governo do último interventor federal, Udo Deeke, tendo administrado o Estado, com longos períodos de afastamento, até 31 de janeiro de 1951, quando transmitiu o cargo a Irineu Bornhausen. Nos períodos de afastamento, por problemas de saúde, foi sucessivamente substituído por José Boabaid, presidente da Assembleia Legislativa. Em 1955, elegeu-se novamente deputado federal pela Aliança Social Trabalhista (PSD/PTB), mas renunciou ao mandato que expiraria em 1958.

Além de diretor e dono de várias empresas, Aderbal foi presidente do Avaí Futebol Clube por diversas vezes, presidente benemérito e de honra do Clube 12 de Agosto e dirigiu a seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em duas ocasiões. Morreu a 13 de fevereiro de 1985, aos 74 anos de idade, em consequência de um grave problema respiratório.

PSD e UDN – Não era somente à noite que o governador Aderbal Ramos da Silva se permitia, como boêmio, misturar-se à vida da provinciana Florianópolis do final da década de 40 e início da de 50, enquanto era governador trabalhando no mesmo prédio em que nasceu, o Palácio Rosado. Durante o dia, para relaxar, entre um

despacho e outro, ele saía de seu gabinete e, atravessando a Praça XV de Novembro ali em frente, ia tomar um cafezinho no Café Nacional, reduto de adeptos do PSD.

Florianópolis da década de 40 não fugia à regra do resto do país e enfrentava as turbulências e instabilidades do período pós-guerra e Estado-Novo. Aumento do custo de vida, greves, insatisfação popular, agitações com o crescimento do Partido Comunista, eram assuntos comuns na política da época. A capital, como de resto o estado, dividia-se entre redutos pessedistas e udenistas. Entre os lugares freqüentados pelo pessoal do PSD estavam o Clube 12 de Agosto, e o Avai Futebol Clube. Já o Figueirense Futebol Clube e o Clube Lira eram exclusividade dos partidários da UDN. Quando as famílias de pessedistas iam almoçar na Lagoa da Conceição sentavam-se às mesas do restaurante do Isauro, enquanto as cadeiras do Isaac eram ocupadas pelo pessoal da UDN. Mesmo com a criação da Arena em 1967, absorvendo o PSD e a UDN num mesmo partido político como consequência da Revolução Militar, a repartição do quadro político entre os grupos originários dos dois partidos foi mantida por muito tempo ainda, principalmente no interior do estado.

Aderbal tinha muito orgulho de ser a terceira geração de políticos da família Ramos. E definia como “uma feliz coincidência” o fato de ter nascido no Palácio do

Governo, e não em Blumenau, onde seus pais viviam.. Sua mãe, Rachel, era a mais velha dos 14 filhos do então governador Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, numa época em que os governadores trabalhavam e residiam no Palácio Rosado. Nereu Ramos, que mais tarde seria um dos políticos catarinenses de maior destaque, chegando a ocupar a Presidência da República, atendeu à solicitação, mas ao retornar da missão trazia uma surpresa. Ao invés do nome escolhido para o menino, optou pelo de Aderbal, que durante alguma meditação a caminho do cartório considerou “mais bonito”.

Como deputado federal, Aderbal Ramos da Silva foi um dos signatários da Constituição de 1946, que consolidou o processo de redemocratização iniciado em 1945 e marcou as eleições para os governos estaduais e assembleias legislativas para o dia 19 de janeiro de 1947. Na mesma ocasião, o catarinense Nereu Ramos, tio e grande influenciador de Aderbal, foi eleito vice-presidente da República em votação realizada pelo Senado Federal, em que tivera destacada atuação na Assembleia Constituinte. Ele venceu a disputa com o candidato da UDN e outros partidos, senador José Américo, da Paraíba, por uma margem superior a 200 votos, fato que fortaleceu ainda mais o poderoso PSD catarinense.

Campanha rápida – Em novembro de 1946, realiza-se em Florianópolis, no Cine Ritz, a convenção do PSD para escolher os candidatos a governador e à Assembléia Legislativa. A candidatura do deputado federal Aderbal Ramos da Silva ao Governo do Estado foi aclamada pelos convencionais. Para a mesma eleição, os udenistas escolherem Irineu Bornhausen para disputar o cargo.

Aderbal fez uma campanha rápida, percorrendo Santa Catarina em três “carros de praça”, como eram chamados os táxis na época, enfrentando poeira, buracos e lama nos dias de chuva. Os eleitores eram conquistados também nos comícios, mas principalmente com a política de porta em porta e de botequins. O contato pessoal, segundo o pessedista, trazia mais votos do que muitos comícios.

No dia 17 de janeiro de 1947, os dois candidatos realizaram seus últimos comícios antes do pleito. Aderbal apresentou-se em Florianópolis, numa grande concentração organizada na Praça Pereira Oliveira e que contou com a presença do próprio vice-presidente da República, Nereu Ramos. Irineu Bornhausen preferiu encerrar a campanha em Itajaí, sua terra natal.

A eleição daquele ano marcou também a ampliação da representação catarinense no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, de acordo com a

Constituição de 1946. Santa Catarina possuía então 259.285 eleitores. Iniciada a apuração no dia 29 de janeiro, Aderbal tomou logo a dianteira, elegendo-se com 95.740 votos, contra 83.313 conseguidos por Irineu. O terceiro candidato, Carlos Sada do PRP (Partido de Representação Popular), legenda integralista e nas mãos de Plínio Salgado, obteve 2.538 votos. Para o Senado, o PSD também saiu-se vitorioso, elegendo Francisco Gallotti e Lúcio Corrêa, que derrotaram Adolpho Konder e João Bayer Filho. O PSD e os Ramos continuavam dominando a vida político-administrativa de Santa Catarina. Em 1950, em pleno governo Aderbal Ramos, Getúlio Vargas, que estava em campanha para a Presidência da República, posto que ocuparia naquele mesmo ano, passou alguns dias em Florianópolis e hospedou-se no Palácio Rosado.

Represália – Aderbal usava suas habilidades como político não só para conquistar adeptos e se manter no poder, mas também para, segundo diziam seus adversários, punir alguns udenistas, logo após a eleição de 1947, em que chegou ao Governo do Estado pelo PSD. Quase todas as cidades de Santa Catarina passaram a ser controladas por prefeitos pessedistas, depois da eleição geral de janeiro. O município de Araranguá, porém, era uma das exceções. Após uma disputa ferrenha entre o candidato da UDN Afonso Ghizzo derrotou Altíssimo Tournier, do PSD,

partido do governador, com uma vitória apertada em uma eleição tensa e disputadíssima.

A derrota de Tournier não agradou o vice-presidente da República, Nereu Ramos, e nem seu sobrinho Aderbal. Em represália, para dividir o poder udenista em Araranguá, o governador assinou o decreto estadual número 247, de 30 de dezembro de 1948 criando o município de Turvo. Passaram a integrar o novo município os distritos de Meleiro, Timbé do Sul, Jacinto Machado e Praia Grande, até então pertencentes a Araranguá.

Nos últimos 20 anos de sua vida, Aderbal Ramos da Silva procurou fazer o que gostava: pescar e bater papo com os amigos do Clube Veleiros da Ilha. Costumava dizer que tinha três paixões, além da política: a Ilha de Santa Catarina, as pescarias e as serestas. Suas pescarias, ficaram na memória das filhas Anita e Sylvia Hoepcke da Silva.

Aderbal nunca se desligou da política, apesar da recusa em participar de eleições a governador a partir da década de 50. Justificava assim a decisão: “No tempo em que fui governador era tudo muito simples, mas tranquilo. Eu despachava no Palácio, onde qualquer pessoa podia entrar, e depois ia tomar o meu cafezinho no Café

Nacional ou bater papo no jardim. A cidade era menor e o cargo era exercido sem nenhuma pompa. Depois as coisas foram mudando. Eu não sou homem de muito aparato. Gosto das coisas simples, do mar, dos pescadores. Mas o que nunca abandonei foi a política. Essa sempre foi a minha verdadeira vocação”.

Somente algumas décadas depois é que falou sobre os motivos que o levaram a renunciar ao mandato de deputado federal pela Aliança Social Trabalhista. “Cansei de ver deputado iniciar seu discurso, um assunto sério e, de repente, quando conferia o plenário, não tinha mais ninguém. Aquilo me desiludiu, mas nunca deixei de participar politicamente. Aliás, sem querer ferir ninguém, o fato é que o nível intelectual das assembléias está caindo”.

Consta que o então presidente Getúlio Vargas ofereceu a Aderbal que escolhesse, em 1950, entre uma diretoria do Banco do Brasil ou uma da Petrobrás. Recusou o convite, que atribuía a uma forma de Vargas agradecer a hospitalidade com que fora recebido em Florianópolis durante a campanha que o elegeu para a Presidência da República, em 1950. Vargas hospedou-se no Palácio Rosado (atual museu Cruz e Souza) e se fazia acompanhar por Batista Luzardo e o jornalista Samuel Wainer.

PASSAGEM PELO GOVERNO

Apesar de ter sido eleito para um mandato de quatro anos, Aderbal Ramos da Silva governou apenas dois anos e meio. Assumindo em 23 de março de 1947, a 20 de janeiro de 1948, menos de um ano depois, licenciou-se e só retornou no início de 1950. Sofrendo de problemas respiratórios que acabariam degenerando em um grave enfisema pulmonar, passou uma grande parte do mandato de governador em tratamento de saúde no exterior. Diria mais tarde que sua maior frustração foi ter ouvido de seu médico que não tinha condições de saúde para governar o estado. Durante o seu afastamento, a chefia do executivo catarinense foi exercida pelo presidente da Assembléia Legislativa, José Boabaid.

Do ponto de vista administrativo, sua ausência praticamente emperrou a máquina estadual, apesar dos esforços de Boabaid. Seus adversários costumavam dizer que aquele era um dos piores governos catarinenses de todos os tempos. E os jornais de oposição, o Diário da Tarde, pertencente a Adolpho Konder, e A Gazeta, dirigida por Jairo Callado, faziam duras críticas ao marasmo reinante, enquanto O Estado,

pertencente a Aderbal desde 1946, procurava, sem muita convicção, fazer a defesa do governo. Ao retornar ao posto, entretanto, Aderbal tentou recuperar o tempo perdido.

A integração da região Oeste, recém colonizada, ao Estado de Santa Catarina foi um dos maiores problemas que o governo Aderbal teve que enfrentar. Até 1945 a região fazia parte do Território de Iguaçu, recém-criado pelo Governo Federal. Pela Constituição de 1946, parte do território foi incorporada a Santa Catarina e o restante ao Paraná. Assim que assumiu, Aderbal viajou para Chapecó, onde ficou oito ou dez dias. Em uma de suas raras entrevistas, concedida pouco antes de morrer, recordou que foi preciso organizar tudo. “ Tínhamos sido profundamente infelizes no território, sobretudo na parte de ensino. Foi uma grande luta”. Com a ajuda de Serafim Bertaso conseguiu formar algumas escolas e construir a residência do DER (Departamento de Estradas de Rodagem), órgão que seria responsável pela integração rodoviária do Oeste com a capital e as outras regiões de Santa Catarina.

Ao mesmo tempo em que uma grande região agrícola era incorporada a Santa Catarina, o governo passou a se preocupar com o desenvolvimento da produção rural. Nesse período, foi criado o Serviço Florestal do Estado e construída a adutora de Pilões e as torres que passariam a transmitir a energia gerada pela Usina de Capivari a

Florianópolis. A falta constante de água e energia era um dos maiores problemas de Florianópolis na década de 40, conhecida como uma capital às escuras .

De tão constantes os cortes de água e de luz viravam piada em outros pontos do país. Uma anedota corrente na época dá uma boa amostra no que acontecia aos moradores da cidade naquele tempo. Alguém desembarca do avião no Rio de Janeiro, vindo do Sul do país e lhe perguntam se viu Florianópolis. “Não, não vi nada”, diz, informando que sobrevoara a cidade à noite, quando as residências eram quase sempre iluminadas por velas. Aderbal gostava de dizer que tinha um grande orgulho por ter resolvido os problemas com falta de água e energia. “As crianças estudavam à luz de velas ou lampiões, o que era inconcebível para uma capital de estado”, contava, ressaltando que por causa da falta de luz, uma de suas filhas ficou míope.

Na falta de recursos financeiros federais, alegava ter feito tudo “como diz o caboclo, no peito e na raça” e assegurava que o surto progressista de Florianópolis começou aí. Outras realizações importantes de sua administração foram os sistemas de esgoto de Tubarão e Lages, implantados com recursos do governo estadual. Foi no governo de Aderbal que se consolidou a reforma da escola primária iniciada por Nereu Ramos. Foi nele ainda que ocorreu a conclusão e inauguração da maternidade Darci

Vargas, em Joinville. Costumava contar que, nesta ocasião, Dona Ruth, sua mulher, e a irmã diretora da instituição fizeram um trato. Se a primeira criança nascida no hospital fosse do sexo masculino se chamaria Aderbal. Se fosse mulher, seria Ruth. Nasceu um menino, de uma família de Araquari. Ainda em Joinville conseguiu que o Governo Federal emcampasse a Empressul, empresa de capital alemão do setor de eletricidade e que era a proprietária da usina de Bracinho, no Vale do Itajaí.

Apesar do esforço e da força do PSD local, Aderbal não conseguiu fazer seu sucessor, nas eleições de 1950. Décadas depois, explicou a derrota do partido como resultado da força oposicionista que varreu o país naquela eleição. Apesar de ser um getulista, disse que foi apanhado justamente pela onda pró-Getúlio. Irineu Bornhausen (UDN), apoiado pelo PTB, levou o governo catarinense.

“Não, naquela eleição não houve fraude”, reconheceu Aderbal. “Irineu ganhou limpamente. Eu presidi o pleito, não fiz violência e todos exerceram o seu direito de voto. Ali apareceu o fenômeno de Getúlio Vargas. A derrota de 50 não foi só do governo de Santa Catarina. Em todos os estados os governos perderam, salvando-se naquela ocasião Agamenon Magalhães, de Pernambuco. Todos os governos perderam. Foi o fenômeno Getúlio, a onda da força oposicionista”.

“Getúlio e o PTB se aliaram a UDN”, continuava. “Logo depois, em 1954, na eleição para o Senado, o PTB se aliou ao PSD e elegemos dois senadores, inclusive dois Ramos: Nereu e Saulo. Nesta eleição eu fui eleito deputado federal. Houve, em 1950, até um fato histórico de repercussão política. Praticando um ato de hostilidade ao Governo Federal, eu hospedei Getúlio Vargas no Palácio do Governo. Ele estava em campanha política, saiu do comício e foi para o Palácio. Fui muito censurado mas eu achava que nós deveríamos acompanhar o Getúlio e não o Cristiano Machado”, explicou Aderbal.

Apesar de ter deixado os cargos públicos na década de 50, Aderbal fez política até pouco antes de morrer, em 13 de fevereiro de 1985. Foi presidente do diretório municipal da Arena e mantinha um escritório político no centro da cidade, onde captava eleitores para o partido com a velha prática assistencialista de quando era governador. Participou da escolha de vários governadores durante o regime militar. Nos últimos anos, já estava bastante debilitado pela doença pulmonar e quase sem poder enxergar, por causa de uma catarata que, teimoso, não tratou a tempo. Morreu a uma hora da manhã, encerrando um período de 50 anos na política catarinense. A morte de Aderbal significou também o desaparecimento do último Ramos com

influência política no estado. Os Konder-Bornhausen ainda se manteriam no centro da
cena política por algum tempo.